

Recebido em: 14/03/2022

Aceito em: 23/08/2022

Mediação da leitura e acolhimento na biblioteca escolar: perspectivas teóricas de uma educação pós-pandemia da Covid-19

Marcos Aparecido Rodrigues do Prado¹

Resumo: Os últimos dois anos foram marcados pela pandemia global de um tipo de vírus com cepa originalmente identificada na China. Durante esse período, a sua rápida disseminação em todo o planeta ocasionou mudanças de grandes impactos na humanidade. Dentre os efeitos nocivos dessa pandemia constam abalos econômicos, psicológicos e, até mesmo, o aumento de registros na violência doméstica. São aflições sociais que alcançaram, direta e indiretamente, o contexto escolar. Diante desse panorama, a educação precisou ser realizada de forma remota em todas as modalidades de ensino. No entanto, o retorno presencial das atividades escolares outorgou ainda mais responsabilidades aos processos pedagógicos institucionalizados pelas escolas. Pois, além das atribuições políticas e socialmente determinadas aos equipamentos escolares estas unidades de ensino passaram a lidar com os agravantes transtornos decorrentes da pandemia na sua comunidade escolar. De todo o modo, apesar das aflições notabilizadas, julga-se que essa realidade se mostra como momento adequado para reflexões significativas em direção às mudanças de padrões obsoletos para alçar uma perspectiva de educação pós-pandemia de maior efetividade e articulação social. Assim, o presente artigo tem como objetivo oferecer atributos teóricos para contribuir com reflexões que possam alinhar subsídios fundamentais às transformações da educação pós-pandemia. Nesse processo de reformulações oportunas a mediação da leitura se apresenta como recurso estratégico de um aparato didático e pedagógico visando integrar a ambiência escolar. Para tanto, a biblioteca escolar assume competências de promover a interdisciplinaridade pedagógica pelo exercício de um protagonismo social engajado aos benefícios do ensino e da aprendizagem. Nessa implementação estratégica da mediação da leitura, sob a coordenação didática e pedagógica da biblioteca escolar, o acolhimento é estabelecido como conjunto de princípios estruturantes para um processo de socialização que garante ênfase no respeito às diferenças subjetivas. No âmbito metodológico delineado a este estudo elegeu-se a revisão de literatura como procedimento da pesquisa bibliográfica, considerando a organização de categorias para sistematização estrutural da análise. Como o alcance desta pesquisa tem escopo de reflexões teóricas, os resultados oferecidos representam elucubrações sobre as possibilidades educacionais de uma realidade pós-pandemia, partindo do respeito às diversidades humanas e suas características subjetivas para o desenvolvimento da mediação da leitura visando encorajar ações interdisciplinares. Destaca-se ainda a necessidade de outros estudos teóricos e acréscimos de pesquisas exploratórias sobre o tema. Pois, tais esforços colaboram para orientar uma ideia mais consistente de acolhimento integrado às estruturas sociais da ambiência escolar.

Palavras-chave: educação. pós-pandemia da Covid-19. mediação da leitura. biblioteca escolar. Acolhimento.

¹ Doutor em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho: Marília. E-mail: marcosprado75@gmail.com



1 INTRODUÇÃO

A pandemia pela Covid-19 provocou impactos de grandes proporções na saúde pública e na realidade social da humanidade contemporânea. São inúmeras as contingências afetadas e desestabilizadas que ainda não são possíveis de se aferir com precisão as suas múltiplas consequências e nem mesmo os seus variados efeitos colaterais. Porém, é assertivo reconhecer que o impacto dessa pandemia representa um fato histórico compatível a se fixar como marco de fronteiras circunscritas na temporalidade sobre o advento determinante do século 21. Enfim, essa tragédia que infligiu todo o planeta representa um acontecimento de dimensões suficientes a serem estabelecidas como parâmetros historiográficos. Com isso, entende-se que qualquer critério de análise aos diversos fenômenos tocantes às pessoas, individuais ou socialmente, daqui por diante, deva oferecer detalhamentos de aspectos que levem em consideração os momentos anteriores e posteriores à pandemia pela Covid-19. Contudo, espera-se que as pessoas saiam razoavelmente mais tarimbadas desse processo para apreender novas concepções de valores e às quais impliquem na formulação de preceitos objetivando revigorar a condição humana. Tal expectativa nutre-se pelo ânimo da sensibilidade como promessa que vislumbra urdir os preparativos de uma insólita fase no desenvolvimento da consciência altruísta e receptiva às subjetividades alheias. Por isso mesmo é que um mundo pós-pandemia da Covid-19 tem que ser continuamente observado e analisado em vastas perspectivas e em diferentes segmentos.

É visando instigar tais provocações de análises que o presente artigo se dedica a refletir práticas pedagógicas, tendo como alicerce estruturante a mediação da leitura e o acolhimento como princípio fundamental a ser instituído na ambiência escolar. Dessarte, há um anseio latente neste estudo de oferecer subsídios teóricos que possam implementar as bases fundamentais das almejadas mudanças porvindouras. Pois, a função social da educação é aqui enaltecida como capacidade articulada de desenvolvimento cognitivo em que a leitura repercute diretamente na habilidade intelectual dos sujeitos para potencializar a sua compreensão sobre a realidade.

Desse modo, a mediação da leitura se estabelece como processo estratégico dos recursos pedagógicos. E, sem receios, há um evidente anelo de que a educação esteja entre as áreas beneficiadas pelas prioridades governamentais, e também da sociedade em geral (ou assim deveria constar), nos desdobramentos de uma nova era humana promulgada na pós-

pandemia, especialmente para o contexto brasileiro que tanto carece de reconfigurações. Logo, a educação formal, por meio da mediação da leitura, é assumida como estratégia para superar a obsolescência de um ensino individualista e promover aprendizagens coletivas pela socialização do conhecimento e interações que expressem afeto, respeito e empatia às subjetividades humanas.

A biblioteca escolar é aqui enaltecida por aportes substanciais que a designam como equipamento de ensino necessário à sua integração e vínculos delineados em uma política institucional conciliadora. Nessa perspectiva, a biblioteca escolar assume o protagonismo social necessário para desenvolver as estratégias didáticas e pedagógicas visando alinhar a mediação da leitura como processo interativo de ensino e aprendizagem. É óbvio que a mediação da leitura tem um caráter interdisciplinar que enriquece e fomenta as experiências escolares pela convergência de ações pluralistas. No entanto, o bibliotecário é aqui reconhecido como o único profissional provido de habilidades e conhecimentos adequados para coordenar as ações da biblioteca escolar em decorrência da sua formação acadêmica. Todavia, se faz importante ressaltar os muitos desafios envolvidos neste contexto, especialmente em situação pós-pandemia.

Considerando a sistematização, este artigo contempla três bases estruturantes que estão identificadas em tópicos de seções. Na primeira parte há uma apresentação contextual da pandemia da Covid-19 com elementos que demonstram o alcance dos seus efeitos em diversos aspectos. Tais descrições contextuais servem para salientar os impactos decorrentes dessa pandemia global. Na segunda parte constam os referenciais teóricos que substanciam a relevância da leitura como processo cognitivo do ser humano, ação interpretativa potencializadora de articulações das capacidades intelectuais. Com isso, a leitura se assume como complexidade humana e fator indispensável à apropriação informacional para incitar e gerar a assimilação de conhecimentos. Na terceira parte são oferecidos os embasamentos que apreciam a mediação da leitura e sua relação com o acolhimento. Tal imbricação se caracteriza como sentido retilíneo dos princípios instituídos nessa trama socioeducacional pelo delineamento ostensivo dos processos de mediação da leitura. Assim, a mediação da leitura é reconhecida como estratégia de uma política pedagógica para maximizar aproximações relacionais da comunidade escolar tendo o acolhimento como expressão de valores fundamentados no respeito às subjetividades humanas, aspectos tocantes à cidadania e à solidariedade. Com isso, a ideia estruturante de acolhimento na educação pós-pandemia é

reconhecer a importância da empatia. E nessa ambiência educacional, constituída pela identidade coletiva, o afeto denota uma união fraterna de respeito às diferenças individuais servindo como amparo aos muitos tipos de sofrimentos derivados da Covid-19.

Metodologicamente este estudo delineou-se por uma ampla e densa revisão de literatura e à qual foi resultante de pesquisa bibliográfica com cobertura em temáticas de especialidades variadas. As consultas de áreas e campos multidisciplinares foram necessárias pela abrangência característica do impacto da pandemia da Covid-19 que lamentavelmente excede o interesse da saúde pública. Com isso, seis tópicos foram sistematizados em categorias de análises e os quais são, respectivamente: pandemia da Covid-19, educação, leitura, mediação da leitura, biblioteca escolar e, por fim, acolhimento.

De todo modo, o presente artigo almeja repercutir em uma construção permanente da educação e o momento atual se mostra oportuno para galgar transformações significativas, tanto em aspectos teóricos quanto práticos. E nesse contexto a Biblioteconomia e a Ciência da Informação não podem se omitir a debates que ofereçam reflexões contundentes sobre a sociedade, especialmente no que diz respeito à educação e também às bibliotecas escolares pela mediação da leitura. Que novos elementos de princípios possam guiar e orientar tais mudanças para se instituir o respeito como fator de ligação fundamental do senso de humanidade. Assim, aqui projetam-se expectativas sobre o acolhimento como preceito basilar a ser alicerçado nos processos de mediação da leitura.

2 A PANDEMIA DA COVID-19

Foi no final do ano de 2019 que o mundo se deparou com o, até então, maior desafio humano no século 21. Nessa época houve o registro na China de uma nova e assombrosa infecção por um tipo insólito de coronavírus. Santos (2020) suspeita de uma relação zoonótica na origem viral dessa síndrome respiratória em decorrência de fatores ligados à falta de procedimentos adequados na higiene durante a manipulação de alimentos em mercado de carnes em Wuhan, capital e maior cidade da província de Hubei na China. Pois, desconfia-se que o surto de coronavírus teve proveniência na carne de pangolim, mamífero muito apreciado na culinária chinesa. De todo o modo, o surgimento da pandemia foi algo tão excepcional que não havia medicações compatíveis a proporcionar cura ou qualquer terapia suficiente a ser oferecida como tratamento efetivo às pessoas acometidas. Descobriu-se que a



facilidade do seu contágio era decorrente de um tipo de transmissão aspergida do coronavírus quando disseminado por tosse, espirro e perdigotos pelo contato com mucosa oral, nasal e dos olhos. Sendo Wuhan uma cidade com mais de dez milhões de habitantes essa síndrome respiratória aguda encontrou facilidades para realizar uma transmissão em massa que se propagou em larga escala global caracterizando uma pandemia da Covid-19.

Vale ressaltar que essa patologia foi denominada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) de SARS-CoV-2, e reconhecida como causadora da doença Covid-19. Com uma rapidez alarmante de contaminação, em princípio, idosos e indivíduos com histórico de doenças crônicas se mostraram mais suscetíveis aos riscos de infecções e de mortalidade. Não demorou para que esses grupos de pessoas deixassem de representar uma possível exclusividade. Isso porque a Covid-19 se mostrou com uma capacidade indômita para atingir qualquer pessoa, sem seletividade prévia nas características humanas.

Essa evolução impressionante da doença – na sua capacidade de transmissão, no impacto que projeta para o futuro, no volume de recursos que mobiliza, e no seu caráter então desconhecido – são alguns dos elementos que levaram a sua caracterização como uma Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional – ESPII (ou Public Health Emergency of International Concern – PHEIC), pela Organização Mundial da Saúde (OMS) no dia 30 de janeiro [do ano de 2020] (MARQUES; SILVEIRA; PIMENETA, 2020, p. 226).

Governos, organismos globais de regulação e controle sanitário de políticas em saúde pública e a comunidade científica internacional intensificaram ações para mitigar efeitos de propagação da Covid-19 e se empenharam na descoberta de vacinas e na orientação de medidas cautelares. Mesmo assim, a forma estrondosa que repercutia nas mídias sobre a intensidade do aumento estatístico no registro de óbitos e de infecções em todo o mundo culminava na queda abrupta dos fluxos econômicos mundiais em virtude dos isolamentos sociais prescritos. Com isso, segundo Santos (2020, p. 10), percebe-se que “o sentido literal da pandemia do coronavírus é o medo caótico generalizado e a morte sem fronteiras causados por um inimigo invisível”. Notadamente, todas as economias globais padeceram tornando ainda mais difícil esse momento de crise sanitária. Desse modo, em 2020, a variação global do Produto Interno Bruto (PIB), índice que mede o crescimento econômico, foi negativa em uma taxa recorde de -3,36%, pois nunca antes na série histórica desse indicador havia arrefecimento anual tão expressivo, segundo os dados do Banco Mundial (THE WORLD BANK, 2022).



Tais registros expressam o quanto a languidez econômica nesse período foi acachapante, fato que impactou outros aspectos da condição humana pelo pânico generalizado da infecção pandêmica decorrente da Covid-19. Para Silber (2020, p. 107), trata-se de “[...] uma crise global e recursos estão sendo canalizados para a saúde, para empresas e emprego para garantir a sobrevivência e ter uma base para a retomada posterior da economia”. Ou seja, a economia foi reflexo evidente da pandemia global com declínio generalizado ocasionando restrições na circulação das pessoas e de insumos comerciais por conta dos fechamentos de fronteiras internacionais, de empresas e, conseqüentemente, de postos de trabalhos.

Mas, e o Brasil nesse nebuloso contexto sanitário? De forma geral, é assertivo reconhecer que a realidade brasileira se mostrou como uma tragédia similar ao que acontecia com as outras partes do mundo. Logo, o país não ficou imune dos transtornos provocados pela Covid-19. Porém, em função de objetividade, o presente artigo não se dedicou às explorações da gestão política que as governanças públicas brasileiras proporcionaram às condições nacionais. No entanto, em contra partida, consta aqui uma síntese de dados que revela os percalços dramáticos que afetaram a situação brasileira.

Tomando como base os dados de monitoramento e análises da situação do coronavírus no Brasil oferecido pela Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, um Campus da Universidade de São Paulo (USP)², verificou-se que, em 2020, a Covid-19 infectou no país 7.681.032 pessoas e foi responsável pela morte de outras 195.072. São números realmente aterradores. Até porque se sabe que a disseminação pela Covid-19 não parou por aí. Pois, em 2021, a soma dos infectados já representava o alcance de 22.291.840 notificações oficiais, ou seja, um crescimento de 290,22%. Em relação aos registros de óbitos atribuídos à Covid-19 no ano de 2021 foram correspondentes a 619.334, uma triste expansão de 317,49% na perda de vidas humanas e não uma mera estatística situacional na comparação com o ano anterior.

Com tantas mortes e a prevalência de uma sensação de luto e tristeza flagrantes a economia nacional foi diretamente afetada. Nesse sentido, a pandemia da Covid-19 foi tão prejudicial à já cambaleante economia brasileira que, em 2020, o PIB nacional caiu -4,1% e em 2021 a prévia desse indicador, conforme Barcellos (2022), mostra que o país cresceu 4,5%. Esse fraco desempenho econômico se mostra alinhado a um dos efeitos ainda mais nefastos provocados pela pandemia mundial da Covid-19 no Brasil e ocorreu sobretudo no mercado de trabalho nacional. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

² Disponível em: <https://ciis.fmrp.usp.br/covid19/brasil/>. Acesso em: 6 de fev. de 2022.



(IBGE, 2022), em dezembro de 2020, a taxa de desemprego indicava que 14,2% da população ativa estava desempregada. Já no terceiro trimestre de 2021 esse indicador correspondia a 12,6%. No comparativo de 2020 com 2021 se nota uma melhora perceptível. No entanto, não se pode enganar que “[...] uma das consequências da pandemia é o aumento do desemprego e, portanto, a elevação da informalização do trabalho, dos terceirizados, dos subcontratados, dos flexibilizados, dos trabalhadores em tempo parcial e do subproletariado” (COSTA, 2020, p. 972).

Não bastasse a força iminente da Covid-19 na saúde pública, a sociedade brasileira, assim como no mundo todo, sentia reflexos econômicos e financeiros, especialmente as populações de baixa renda que se viam forçadas a se expor para ter rendimentos mínimos. Ainda assim, o aumento da miséria nacional foi evidente e a fome ampliou a sua incidência desoladora nas periferias já tão marginalizadas no cotidiano brasileiro.

Problemas econômicos e financeiros, isolamento social, restrições das interatividades presenciais em lazer e cultura, incorporação do *home office* para se desenvolver atividades profissionais, permanência integral em casa por jovens e crianças estudantes pelo fechamento das unidades de ensino, desemprego e tantas outras mudanças inesperadas na rotina familiar. Tudo isso aliado ao medo permanente de um tipo de infecção com altos índices de acometimento que tornou frequente a notícia de óbitos em alguém da família ou alguma pessoa conhecida. Não tardou para que outras instabilidades resultassem como consequência de um momento pandêmico de muita tensão. As pesquisas de Damiano *et al.* (2021) identificaram, no Brasil, os efeitos repercutidos na saúde mental com alta incidência de depressão, ansiedade e déficits psiquiátricos durante os dois primeiros anos da pandemia pela Covid-19. Infelizmente, outras ocorrências também agravaram a situação domiciliar na realidade brasileira. Sunde, Sunde e Esteves (2021, p. 69) detectaram que, “com a pandemia da COVID-19 os casos de violência doméstica contra mulher e, conseqüentemente, do feminicídio registrou um aumento considerável; isto porque todos os membros das famílias começaram a passar mais tempo juntos”. Outros fenômenos sociais se mostraram igualmente preocupantes em todo o mundo, inclusive no Brasil. Trata-se do aumento de suicídios ou tentativas. Evidentemente, a pandemia da Covid-19 sinalizou um gatilho para potencializar algo que já estava implícito na saúde mental das pessoas. De acordo com os estudos de Nascimento e Maia (2021, p. 9), “no contexto atual da pandemia os principais temas associados como supostas razões para o suicídio incluíram o medo de contrair a infecção, o

medo da transmissão e o medo da quarentena”. No entanto, as pesquisadoras supracitadas ainda mencionaram que “[...] as taxas de suicídio são altamente vulneráveis aos indicadores macroeconômicos, em especial o desemprego” (NASCIMENTO; MAIA, 2021, p. 9).

De todo o modo, é coerente reconhecer que entre os impactos da pandemia pela Covid-19 se encontram “[...] implicações psicológicas, podendo gerar assim, grandes riscos à saúde mental de todos os envolvidos no processo, incluindo sintomas de estresse, raiva, irritabilidade dentre outros” (LAGUNA et al., 2021, p. S404). E as diversas formas de caracterização estrutural ou conjuntural da violência ascendeu notoriedade pela repercussão dos registros estatísticos.

Diante de tantos martírios que retrataram um momento histórico tão pavoroso da humanidade, a educação não conseguiu assumir o protagonismo necessário para viabilizar oportunidades de reflexões às novas perspectivas. Pois, dentre outros aspectos danosos causados pela pandemia da Covid-19 houve prejuízo diretamente nos moldes tradicionais da educação formal. Afinal, em decorrência das medidas sanitárias, houve restrições impositivas à realização das aulas presenciais. No entanto, as escolas brasileiras não estavam equipadas e nem mesmo os seus profissionais tinham recursos e preparos adequados para a implantação do ensino remoto. Diante dessa mudança urgente, Trezzi (2021, p. 6) denuncia que “Mais uma vez escancarou-se a desigualdade e a crise: as poucas escolas, privadas, que estavam equipadas ou que conseguiram se organizar rapidamente, saíram na frente”. Desse modo, se percebeu muito bem o quanto a comunidade escolar do ensino público foi prejudicada pela histórica falta de investimentos estruturais e na ausência de uma política educacional alicerçada na qualidade e na diversidade de recursos tecnológicos para o proveito pedagógico.

Para piorar o quadro educacional a realidade brasileira se impôs por questões socioeconômicas que há muito tempo persiste na desigualdade do desenvolvimento do país. Afinal, como apontam os estudos de Cunha, Silva e Silva (2020, p. 32):

[...] no Brasil 29% dos domicílios, aproximadamente 19,7 milhões de residências, não possuem internet. Desse montante de desconectados, 59% alegaram não a contratar porque consideram muito caro esse serviço, outros 25% porque não dispõem de internet em suas localidades. Destaca-se, ainda, que 41% dos entrevistados alegaram não possuir computador para tal e 49% que não sabiam usar a internet.

É óbvio que a pandemia em si não foi a protagonista de uma cena triste que deflagrou a totalidade do flagelo no ensino público brasileiro. Mas, serviu como um acontecimento excêntrico capaz de revelar o nível da fragilidade na educação nacional, algo que a observação empírica e as inúmeras pesquisas anteriores já evidenciavam com mostras estarrecedoras. A prática docente no ensino remoto desenvolveu-se de forma amadora e instrumentalizada por um sentimento de altruísmo, porque nenhum método mais eficiente havia sido previsto pelas instâncias políticas da educação brasileira. Sob pressão para manter o funcionamento do ensino, mesmo em formato remoto, os professores tiveram “[...] que customizar os materiais para realização das atividades, criando slides, vídeos, entre outros recursos para ajudar os alunos na compreensão e participação das atividades” (ALVES, 2020, p. 358).

É importante realçar que antes da pandemia de 2019 o contexto educacional brasileiro já era carregado de fragilidades prejudiciais à ideia de ensino fecundo, deliberado por uma política nacional estimuladora de aprendizagens. Mas, os reveses decorrentes da Covid-19 aceleraram problemáticas que outrora ficavam encobertas por uma abstrata percepção social às quais eram somente verificadas por inúmeros dados estatísticos estarrecedores. No entanto, a pandemia da Covid-19 foi capaz de piorar ainda mais o que já era inquietante e repulsivo de se admitir com tranquilidade para gerar um panorama sinistro no presente e horripilante para o futuro de toda uma geração de estudantes. Pensar a situação educacional pós-pandemia é um exercício necessário que não se restringe à tarefa de professores e sim de toda a sociedade. Nóvoa (2019, p. 52) recomenda que “Precisamos de vistas largas, de um pensamento que não se feche nem nas fronteiras do imediato nem na ilusão de um futuro mais-que-perfeito”. Sem dúvida de que há agruras para o enfrentamento dos infortúnios deixados pela pandemia da Covid-19 no Brasil, inclusive no contexto da educação. Lamentavelmente, um estudo do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF, 2021) mostrou que, se nada for feito para impedir os danos do ensino na pandemia, o Brasil corre sérios riscos de retroceder, pelo menos, duas décadas no acesso à educação.

Apesar de a evasão escolar ser uma situação que revela preocupação de ordem política e de interesse social, há segmentos populacionais que merecem maior atenção. Pois, segundo os dados da UNICEF (2021, p. 26):

Crianças e adolescentes pretas(os), pardas(os) e indígenas são as(os) mais atingidas(os) pela exclusão escolar. Juntos, elas(es) somam mais de 70% entre aquelas(es) que estão fora da escola. É sabido que suas trajetórias escolares também são marcadas pela exclusão: as reprovações e a distorção idade-série incidem sobre negras(os) e indígenas muito mais do que sobre brancos

Entender a situação de constrangimento imposta pela precariedade no ensino brasileiro, especialmente na rede pública de educação, é um dilema nada fácil. Existem assimetrias locais e regionais que não permitem uma visão equânime do contexto nacional. Há equipamentos escolares mantidos por instâncias municipais, estaduais e até mesmo federais que se destacam por oferecer um padrão louvável de ensino com significativa qualidade. De todo o modo, “[...] a pandemia, aliada ao vírus da desigualdade social, provavelmente provocará um tsunami na Educação, cujo impacto apenas poderá ser capturado pelas estatísticas disponíveis ao longo dos próximos anos” (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2020, p. 14). Assim sendo, julga-se necessário monitorar com frequência o desenvolvimento da aprendizagem educacional da geração de estudantes que é contemporânea à Covid-19 para verificar resultados subsequente dessa pandemia. Até porque “Há questões emocionais, físicas e cognitivas que deverão ser observadas, em especial, pelo prolongado tempo de isolamento social, pela perda de entes queridos e outras consequências da doença” (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2020, p. 17).

Tendo como base o contexto apresentado, considera-se que a mediação da leitura desenvolvida pelas escolas não pode mais sucumbir à tentação de persistir em modelagens antecedentes à pandemia da Covid-19. É urgente uma reflexão pragmática e estrutural sobre os alicerces fundamentais da mediação da leitura pós-pandemia.

3 MEDIAÇÃO DA LEITURA NA ESCOLA

A escola assume importância significativa nas experiências humanas. Isso porque é um espaço privilegiado para relacionamentos sociais que deixam marcas indeléveis na memória e na formação pessoal. É na escola que as políticas educacionais se afirmam como estratégias governamentais para o desenvolvimento do ensino e da aprendizagem. Tais diretrizes implicam na combinação de mecanismos notórios e tácitos que caracterizam o senso de inclusão ou de exclusão dos aspectos subjetivos das percepções individuais. Já que esse sentimento representa uma assimilação das experiências pessoais demarcadas por impressões

auferidas no contexto estrutural das relações escolares. De todo o modo, a escola é um ambiente estimulante para vivências interativas que denota aspectos pedagógicos para realçar as virtudes fortificantes da socialização do conhecimento.

Isso posto, entende-se que as escolas deveriam articular diretrizes criteriosas para priorizar a oferta de ações afirmativas voltadas a contemplar o princípio de acolhimento como manifestação institucional de uma didática guiada pela noção de empatia. E que essa didática não se limite apenas às metodologias de ensino durante as aulas, mas repliquem valores que impulsionem as práticas educacionais para repercutir em todas as relações sociais oportunizadas no espaço escolar. No entanto, é preciso reconhecer que o modelo vigente está obsoleto porque já não satisfaz aos anseios de uma sociedade plural e fluída tecnologicamente. Para Nóvoa (2019, p. 56) “a crítica principal que hoje se dirige à escola diz respeito à sua incapacidade para promover as aprendizagens, respondendo, assim, aos desafios da sociedade do conhecimento”. Se o formato tradicional da escola já estava ultrapassado antes mesmo da pandemia pela Covid-19 quiçá em seu momento ulterior. O mesmo acontece com as práticas educacionais prevalecentes de uma época já superada, incluindo nos moldes convencionais da mediação da leitura e da função social historicamente consagrada à biblioteca escolar.

Como já reconhecido anteriormente, a pandemia da Covid-19 não se caracteriza como uma rutura paradigmática por si só e sim uma possibilidade para vislumbrar formas mais assertivas de mudanças indispensáveis a um novo tempo histórico e cultural. Dentre as demandas mais urgentes considera-se imperativo admitir transformações que preconizem a reescolarização. Assim, entende-se que esse processo se dá fundamentalmente pelo compromisso de reconhecer a escola como instituição de relevância social capaz de oferecer aprendizagens significativas na formação das pessoas. Pois, as experiências educativas reverberam em atributos individuais modulados por estímulos ou desencorajamentos de valorização da escola como espaço de interatividade social. É pela ideia de reescolarização que se admite “a escola no centro da coletividade. A escola como organização centrada na aprendizagem” (NÓVOA, 2019, p. 57). Eis a oportunidade para que a mediação da leitura assuma protagonismo evidente nas ações estratégicas dos processos pedagógicos e educacionais.

É salutar esclarecer que a base referencial fixada aqui para o conceito de mediação da leitura converge com ideia defendida por Almeida Júnior e Bortolin (2008, p. 77) para os processos em que há:

[...] uma ação de interferência – realizada por um mediador que pode ser definido como uma pessoa que tem a responsabilidade de acompanhar um leitor durante a sua formação ou mesmo depois de formado (na medida que a formação é contínua) quando em dúvida ou desencorajado, solicita uma sugestão.

Pelo exposto acima, se percebe claramente que a ideia fundamental de mediação da leitura ocorre por processos desenvolvidos pelas formas interventivas e não como um mero acontecimento de contingências eventuais. Desse modo, se refere a uma ação premeditada, com propósitos definidos e intenções objetivas. Isso porque, segundo Barros (2006, p. 17), “[...] mediar leitura é fazer fluir a indicação ou o próprio material de leitura até o destinatário alvo, eficiente e eficazmente, formando leitores”. Assim sendo, a mediação da leitura é inerente do ensino e, conseqüentemente, se caracteriza como prática pedagógica por envolver aparatos didáticos visando atrair e seduzir o interesse de alguém para compor o rol de leitores.

Mediar a leitura implica, antes de tudo, entender os processos que envolvem o ensino-aprendizagem da leitura e da escrita, dentre os quais podemos destacar: concepção de educação, projeto educativo-cultural de escola, visão de currículo, visão de alfabetização, concepção da leitura, concepção de prática pedagógica, leitura de mundo, concepção de cultura infantil e de sociedade (MARTINS, 2002, p. 147).

Esse entrosamento imbricado da mediação da leitura com os processos educativos realçam o caráter significativo da escola na formação de leitores. Entretanto, se faz necessário registrar que a mediação da leitura não se restringe ao ambiente escolar e nem às outras instâncias da educação formal. Há uma amplitude de agentes, pessoas e instituições, em ambiências físicas ou eletrônicas, que se caracterizam como dispositivos funcionais para potencializar o gosto da leitura realizando mediações específicas para gerar leitores. Pois, conforme defende Silva (1981, p. 44), “o propósito básico de qualquer leitura é a apreensão dos significados mediatizados ou fixados pelo discurso escrito”. Trata-se de um processo cognitivo com desdobramentos de mecanismos intelectuais acionados pelas capacidades individuais de atribuição de sentidos e referências para empreender interpretações. Com isso,

“ler significa também ver, analisar e tentar compreender tanto o mundo exterior como interior do leitor” (RASTELI, 2013, p. 33).

A importância da leitura para estimular o desenvolvimento humano se apresenta como fator axiomático e incontestável. Para tanto, a mediação da leitura na escola deve recorrer à instrumentalização de diversos recursos didáticos que visem encorajar o desenvolvimento de sensibilidades para a apreciação do ato de ler. Todavia, se faz necessário ressaltar que “a qualidade do ato da leitura não é medida pela qualidade intrínseca do texto, mas pela qualidade da reação do leitor” (LEFFA, 1996, p. 14). Logo, a virtude propositiva da leitura consiste em despertar sensibilidades inerentes para ocasionar reações de características subjetivas em cada pessoa.

A literatura especializada sugere uma ampla oferta de técnicas e procedimentos de ações visando despertar o gosto pela leitura, mas que podem ser perfeitamente ajustáveis aos propósitos e condições institucionais, além de atender especificidades das políticas de ensino mantidas pelas escolas e dos domínios individuais de cada mediador. Assim, Rasteli (2013) lista uma série de possibilidades de intervenções para a mediação da leitura voltadas às bibliotecas públicas e às quais são conciliáveis à ambiência escolar, requerendo os devidos e merecidos ajustes estruturais para objetivar as qualidades pedagógicas instituídas pela política educacional formalizada institucionalmente. Então, dentre as ações de mediação de leitura Rasteli (2013, p. 46) elenca as seguintes intervenções processuais:

[...] hora do conto, roda de leitura, encontro com autores, feira de livros, oficinas de produção e leitura de textos, concursos literários, saraus, lançamentos de livros, instalações homenageando autores, criação de espaços para sugestões de leitura, fanzines e jornais impressos ou eletrônicos, clube do livro, exposição, dramatização de histórias (teatro), murais, cinema na biblioteca, palestras, jograis, encontro com cordelistas etc.

São dinâmicas que estimulam um processo de socialização escolar, tendo os aportes da leitura como provocadores das interações. Desse modo, torna nítida a relevância de se ativar o recinto escolar com práticas educacionais centradas nas ações pedagógicas de leitura. No entanto, não se pode acanhar e menosprezar a dimensão interdisciplinar e multiculturalista da literatura para incrementar amplificações estratégicas dos processos de leitura, “[...] estabelecendo pontes com o cinema, as artes visuais, a história, a psicanálise, a sociologia, a antropologia e a etnografia” (COSSON, 2002, 114). São muitas as possibilidades criativas

para se oferecer uma pedagogia literária em que as variadas facetas de leitura se apresentam como recursos didáticos para o ensino e à formação educacional das pessoas. Porém, Aguiar e Bordini (1988, p. 28) consideram ser urgente frisar que “quando se trata de literatura, a experiência de leitura e o senso crítico do professor não podem ser substituídos pelo aparato metodológico, por mais aperfeiçoado que este seja”. Tal condição igualmente se assemelha para a função social do bibliotecário escolar nos processos de mediação da leitura. Pois, de acordo com Barros (1986, p. 30):

[...] o bibliotecário que não lê se castra consciente ou inconscientemente. Não avança e não promove conhecimento. Não se arma para os imprevistos do dia-a-dia, como que esquecendo que a biblioteca é palco de incontáveis dúvidas, que a sua cultura pode ajudar a resolver. Sendo o bibliotecário um profissional da informação, por excelência, não pode, ele próprio, estar alheio aos fatos e às notícias. É essa constante atualização do conhecimento, repito, que faz do seu referencial teórico uma base segura de apoio ao leitor a que está vinculado.

Pelas reflexões teóricas apresentadas acima, se reconhece que a mediação da leitura na escola não é uma incumbência exclusiva das habilidades docentes. Essa atribuição demanda da participação ativa de outros profissionais interdisciplinares que devem assumir protagonismo com a educação escolar. Isso porque a leitura se estabelece como importância efetiva no desenvolvimento das capacidades humanas e repercute transformações individuais e sociais. Para tamanha responsabilidade,

[...] não podemos duvidar da condição de intelectual que o bibliotecário deve ter, uma vez que, tanto quanto o professor, trabalha com recursos intelectuais, informação, livros, leitura e leitores, ou seja, com objetos e pessoas envolvidos em processos intelectuais (CASTILLÓN, 2011, p. 39-40).

Desse modo, os registros aqui circunscritos enaltecem a mediação da leitura como intervenção estratégica para ampliar a competência educacional atribuída à escola, realçando o seu valor social para formação humana. Com isso, o texto assume notabilidade significativa e, conseqüentemente, o livro representa um suporte de comunicação, seja em formato impresso ou digital. Todavia, que fique bem claro ser a leitura uma capacidade intelectual transcendente ao livro e à escrita. “É por isso que podemos afirmar que, fora e além do livro, há uma multiplicidade de tipos de leitores, multiplicidade, aliás, que vem aumentando historicamente” (SANTAELLA, 2007, p. 11). Toda essa variedade de recursos é decorrente dos processos tecnológicos que constantemente ampliam os opcionais de transmissão da

informação. De todo o modo, não se pode perder de vista que a leitura literária seja fator de estímulo recorrente na ambiência escolar. Nesse sentido, “[...] é preciso, antes de mais nada, reafirmar a essencialidade da palavra na constituição da cultura e da história da humanidade” (COSSON, 2002, p. 117). Logo, a palavra se estabelece como recurso linguístico para representação semiótica da comunicação cultural e não caracteriza a limitação determinista do suporte informacional.

É pela evidência da palavra que a criatividade literária se articula e se desenvolve. E a interpretação linguística e contextual da palavra estabelece conotações de sentidos para se atribuir referências à realidade sociocultural. É por esse dinamismo permanente que se ampliam as experiências intelectuais para realçar os domínios característicos do conhecimento. A leitura se anuncia como competência das habilidades individuais para fortalecer as capacidades estruturantes da história cultural da humanidade. Assim sendo, se julga importante fixar que “[...] a leitura é uma competência individual e social, um processo de produção de sentidos que envolve quatro elementos: o leitor, o autor, o texto e o contexto” (COSSON, 2019, p. 36).

Tais componentes são substâncias da experiência humana que se justapõem em interações envoltas por complexidades relacionais às quais implicam percepções de leitura, consequentemente de processos interpretativos. Com isso, a leitura se mostra como uma atividade intelectual que reverbera diretamente na qualidade cognitiva para apropriação da informação e do conhecimento. Mas, Almeida Júnior (2007, p. 36) cautelosamente observa que essa apropriação da informação não é automática porque “[...] pressupõe uma alteração, uma transformação, uma modificação do conhecimento, sendo assim uma ação de produção e não meramente de consumo”. Por isso mesmo que a leitura representa um processo autêntico da metamorfose humana. Afinal, como defende Rasteli (2013, p. 35), é pela leitura que a apropriação da informação se desenvolve “[...] na produção de sentidos, constituindo-se também num ato de construção do texto, por intermédio dos signos verbais”. Desse modo, é factível compreender que a leitura se atrela às linguagens e estas são culturalmente e tecnologicamente efêmeras. Santaella (2001) identifica três matrizes essenciais para caracterização da linguagem, sendo: verbal, visual e sonora. A palavra se insere na representação semiótica dos três aspectos de linguagens para conotar atribuição aos predicados de sentido, significado e referência. Isso porque “[...] palavras não são necessariamente símbolos” (NÖTH; SANTAELLA, 2017, p. 69). Portanto, a leitura se amplia

substancialmente na perspectiva comunicacional de entendimento da realidade. Afinal, as múltiplas linguagens da leitura suscitam o poder das representações “[...] porque são criadas e produzidas pelos seres humanos nas sociedades em que vivem” (SANTAELLA, 2007, p. 17).

Notadamente, se percebe o desafio da mediação da leitura para promover o desenvolvimento humano pela transformação intelectual, acentuando a responsabilidade do mediador. Eis o protagonismo social oportuno para os profissionais da informação a fim de assumir compromissos educacionais, com especial destaque aos bibliotecários que atuam no contexto das bibliotecas escolares. Com isso, se entende que os bibliotecários mediadores da leitura não devem sucumbir limitações restritivas de suas ações profissionais. Assim, se faz necessário que as habilidades bibliotecárias sejam efetivamente articuladas com a função da mediação da leitura pela sua competência informacional, extrapolando atividades rotineiras e que, no mínimo, “[...] saia de trás do balcão, aproxime-se do leitor e troque com ele leituras” (ALMEIDA JÚNIOR; BORTOLIN, 2008, p. 78, grifo dos autores).

É em favor dessa interatividade significativa do bibliotecário como mediador da leitura e o seu usuário informacional que o presente artigo objetiva contextualizar o acolhimento na ambiência escolar pós-Covid-19. Desse modo, que a mediação da leitura seja provocativa de mudanças às quais urgem a realidade contemporânea. Conseqüentemente, busca-se incitar notoriedade à biblioteca escolar em novas práticas para se realizar a mediação da leitura. Portanto, almeja-se que esse equipamento educacional seja comprometido suficientemente para:

[...] não se contentar com o público dos já iniciados que chega espontaneamente à biblioteca ou com o dos obrigados pela tarefa escolar, mas sim desenhar ações para que a biblioteca chegue àqueles que se sentem excluídos das atividades relacionadas com o pensamento ou com opções de vida não inscritas na sociedade majoritária (CASTRILLÓN, 2011, p. 45-46).

Mesmo reconhecendo as dificuldades inerentes das mudanças ambicionadas por este artigo, que tais aportes teóricos sejam capazes de instigar novas percepções referencias na mediação da leitura pós-Covid-19. Para tanto, são oferecidos os subsídios na seção posterior a fim de se ampliar repertórios teóricos propositivos.

4 ACOLHIMENTO NA MEDIAÇÃO DA LEITURA PÓS-PANDEMIA

Como foi sustentado pelos argumentos oferecidos na primeira parte deste artigo, a pandemia pela Covid-19 alterou significativamente a dimensão social contemporânea, impondo um flagelo de desalentos com grandes proporções na vida das pessoas. Muitos dos seres humanos foram afetados por sofrimentos traumáticos e devastações perduráveis em diversos tipos de aspectos. “Assim, entender o impacto da Covid-19 sobre a Educação, baseando-se no que dizem as evidências científicas é relevante para sociedade” (OLIVEIRA; GOMES; BARCELLOS, 2020, p. 556). Nessa perspectiva, entende-se que a escola não pode realizar atividades de ensino, remotas ou presenciais, considerando uma ideia de normalidade que dissimule o acontecimento histórico tão marcante à humanidade. Muito pelo contrário. A escola dos tempos de pós-pandemia precisa se inserir efetivamente na realidade social da sua comunidade escolar. Com isso, sugere Nóvoa (2020, p. 10), “temos de assumir, de uma vez por todas, que a formação de professores é uma formação profissional de nível superior, a formação para uma profissão baseada no conhecimento”. É indubitável que a forma mais eminente de se reconhecer o valor científico do conhecimento dos profissionais da educação consiste em tornar esse recurso intangível como algo aplicável às práticas pedagógicas, utilizando-o nas rotinas de ensino para beneficiar aprendizagens da comunidade escolar.

É por isso mesmo que os acervos informacionais, bibliográficos e multimídias, devem ser efetivamente vinculados aos processos de integração escolar. “Nesse sentido, *o agir comunicativo e a ação com a leitura* são a tessitura da dinamização dos acervos” (NÓBREGA, 2005, p. 125, grifos da autora). Então, toda interatividade pedagógica pode ser potencializada a fim de se maximizar resultados na socialização do conhecimento pelas múltiplas relações comunicacionais, implícitas e explícitas, diretas e indiretas, físicas e remotas. Assim, de forma categórica, os acervos informacionais, por toda a sua qualidade substancial de oferecer e difundir conteúdos inerentes da cultura humana, representam a expressividade do conhecimento. Portanto, os acervos são recursos de informação que propiciam elementos de registros multivariados os quais são capazes de acionar a sensibilidade criativa e formar os aspectos cognitivos referenciais da intelectualidade humana. Por isso mesmo é que os acervos informacionais denotam relevância preponderante nos processos de educação e refletem diretamente para agregar um conjunto de meios visando a operacionalização comunicativa do ensino e da aprendizagem.

Doravante, a comunicação escolar deve ser presumida por linguagens de acolhimento disseminando valores de respeito às subjetividades, sem banalizar a existência de angústias e tristezas individuais. Para Motta (2014, p. 224) a contribuição do acolhimento tende a “[...] revelar um exercício profícuo que ajuda a problematizar a relação entre as diferentes esferas ou contextos”. Apesar dos percalços estruturais da educação brasileira, implementar o acolhimento é fator de ânimo que deve ser estimulado na escola, em favor de uma comunidade escolar mais integrada e receptiva a lidar com as diferenças subjetivas. No entanto, Staccioli (2013, p. 25) reconhece que “o acolhimento é um método de trabalho complexo, [...] uma ideia chave no processo educativo”. Essa complexidade tende a melindrar mudanças profundas nas estruturas organizacionais que institucionalizam as práticas pedagógicas e sociais. Mas, como bem admite Staccioli (2013), é pelo acolhimento que se possibilita ações estratégicas mais humanizadas no desenvolvimento de uma pedagogia comprometida com as circunstâncias sociais da comunidade escolar. E a pandemia da Covid-19 passa a ser uma referência histórica para se demarcar o acolhimento como princípio da convivência educacional, moldando os alicerces da reescolarização engajada e compactuada socialmente. Todavia, sem pretensões de se minimizar a nocividade social causada pela Covid-19, essa pandemia é um fato demarcado por uma historicidade de repercussões internacionais. Como tal, a escola precisa articular reflexões pedagógicas em seus contextos de ensino para tratamento didático em âmbito interdisciplinar. Pois, “a realidade pode ser vista e analisada por diferentes perspectivas. A riqueza está na percepção multidimensional e multifacetada dos fatos, independente de se ter ou não capacidade para poder depurá-los no exato instante em que se toma contato com eles” (NEGRINI, 2017, p. 50).

Então, sendo a Covid-19 um fato reconhecido, apesar de lastimável catástrofe na saúde pública e na vida das pessoas, carece de elucubrações pertinentes à capacidade humanizadora da educação. É nessa situação factual e desafiadora aos processos educativos que o acolhimento se orienta para projetar valores de unidade afetiva na ambiência escolar, promulgando a sensibilidade do cuidado com o outro como uma ética de respeito fraternal. Certamente que “essa dimensão fontal deverá suplantar a desesperança imobilizadora e a resignação amarga” (BOFF, 2003, p. 28). Assim, em razão da importância notável que o acolhimento consagra, há espaços dialógicos para a transformação institucional da escola pelo valor que esse preceito representa nos acréscimos significativos à mediação da leitura nos espaços escolares. Pois, conforme defende Cretti (2017, p. 17), “[...] o espaço se faz mediador

também, como proposta de novas formas de relação [...]”. E a leitura tem atributos suficientes para ser o incremento estruturante da vivência social, possibilitando o encorajamento de interações multidisciplinares com conteúdo suscetível às problematizações específicas da formação cultural. Vale destacar que a ideia de leitura foi aqui retratada com embasamentos em concepções teóricas que enaltecem o seu valor de acréscimo das capacidades humanas. Mas, em consonância com Horellou-Lafarge e Segré (2010, p. 138-139), se assume categoricamente que “a leitura não é uma consumação passiva; é descoberta, invenção sempre renovada pelo leitor do sentido do texto, que não é unívoco mas plural”. Desse modo, a leitura é, sem dúvida alguma, entendida como uma habilidade intelectual que merece o reconhecimento da sua importância efetiva para os processos de desenvolvimento cognitivo. Para Chartier (1998, p. 77) “a leitura é sempre apropriação, invenção, produção de significados”. Assim sendo, a leitura representa um atributo educacional que favorece tanto ao indivíduo quanto à sociedade como um todo, por isso mesmo faz jus ao desvelo de alicerces pedagógico nas práticas de ensino na ambiência escolar.

Desse modo, aqui são defendidas as transformações contundentes na mediação da leitura para uma realidade pós-pandemia. Pois, considera-se que o abalo da comoção pandêmica se propicia ao sentimento de empatia nas possibilidades de acolhimento visando oferecer novas perspectivas à mediação da leitura realizada no contexto da escola. Dessarte, há uma ênfase de respeito à pessoa humana pela demonstração notória e tácita de sintonia e afinidade com os sofrimentos coletivos e empirias muito particulares decorrentes de um momento predominado de angústia e consternação. É reconhecendo tais características singulares que o acolhimento designa entusiasmo para cingir laços afetivos e legitimados na vivência escolar, tendo a mediação da leitura como recurso estruturante de uma pedagogia comprometida com a realidade social. Nesse sentido, o acolhimento representa “[...] uma concepção da sensibilidade humana que identifica na empatia como característica fundamental para se combinar e se perceber as inúmeras formas de relações sociais” (PRADO, 2020, p. 9).

Frente aos desafios de uma educação socialmente comprometida é que se possibilita a construção de uma escola acolhedora em que a mediação da leitura assume um caráter estratégico para os processos pedagógicos. No entanto, antes de qualquer ação específica se faz necessário e urgente refletir algumas indagações perturbadoras que ainda persistem

incomodando a realidade atual, em muitos aspectos gerando até mesmo constrangimentos. Assim, Silva (1999, p. 29) remete provocações oportunas inquirindo sobre:

Quais as questões que devemos propor, então, para analisar a biblioteca escolar? Em primeiro lugar, que escola queremos e, nela, qual o lugar da biblioteca escolar? Que formação do professor queremos e, nela, qual o espaço a ser destinado à teoria e à prática da biblioteca escolar? Que profissionais queremos para assumir as bibliotecas escolares e que formação lhes devemos oferecer? Enfim, qual o papel da biblioteca escolar e dos profissionais na escola pública gratuita, democrática e de qualidade que temos lutado para construir?

Tais questionamentos direcionam a uma evidente dimensão política que se articula institucionalmente com a cultura social oferecida no contexto escolar. As reflexões, em busca de respostas, guiam a um sentido de se terçar a historicidade caracterizada pelas diretrizes governamentais e paradigmas educacionais que mantêm uma situação afetada pela embaraçosa artificialidade predominante. Condição essa que legitima distanciamentos, competitividades e segregações na comunidade escolar. São demonstrações que afetam, em maior ou menor grau, não apenas uma especificidade de componentes sociais, mas todos os sujeitos desse contexto de vivência interativa. Tão logo, acolher representa essencialmente uma iniciativa de tolerância com as diferenças alheias.

Nessa direção, o propósito fulcral da mediação da leitura é implementar ações estratégicas potencializando a ambiência social da comunidade escolar com repertórios criativos da linguagem cultural, respeitando subjetividades características. Logo, como defende Boff (2003, p. 95, grifo do autor), “a relação não é de domínio *sobre*, mas de convivência (*sic*). Não é pura intervenção, mas inter-ação (*sic*) e comunhão”. A fim de se pensar essa humanização articulada pela interdisciplinaridade nos processos desenvolvidos pela mediação da leitura implica dimensionar o papel social da biblioteca escolar, além, é claro, do seu valor pedagógico nas práticas educacionais. No entanto, é preciso lembrar, com toda a ênfase necessária, que “a falta de comprometimento ético com a história de alguns grupos impede que se conheçam minimamente alguns traços culturais e de identidade que deveriam ser respeitados” (WILLIAM, 2019, p. 23). Ou seja, a mediação da leitura precisa imiscuir-se de cuidados que assegurem representatividade identitária das múltiplas características socioculturais presentes na comunidade escolar. Com isso, evita-se sobreposições de preferências dos aspectos culturais mediados nos processos pedagógicos em detrimento das particularidades subjetivas, o que demonstraria preconceito e discriminação.

Todavia, a análise instigada por Silva (1999) resvala em uma série de adversidades estruturais que não permitem respostas afobadas, conclusivas e, muito menos, conformistas pela incredulidade situacional. Isso porque a ação educativa por si mesma representa um processo de desenvolvimento inabalável da esperança. Boff (2003, p. 81) considera que “todos se chafurdariam no pântano de uma história sem esperança porque sempre dominada pelos mais fortes”. Notadamente, em meio às tantas dúvidas humanizadoras há uma possibilidade, uma espécie de ensaio, de asserção reconhecendo que “[...] cada um de nós é um ‘espaço em crise’. [...] Porém, saídas nos são oferecidas para que não sejamos atingidos pelos componentes destrutivos daquilo com que somos confrontados” (PETIT, 2009, p. 33, grifo da autora). De pronto, verifica-se que a natureza humana é imanente às crises, sejam elas efêmeras ou conjunturais. A única certeza é o apreço incalculável que merece a educação e a sua virtude intelectual de ampliar oportunidades cognitivas. É pela educação que se molda a convicção de que alguém será lapidado pela apropriação de novos atributos de conhecimentos e os quais afetarão, direta ou indiretamente, o conjunto da sociedade – em curto, médio ou mesmo no longo prazo.

A educação é um processo de semeadura à qual se almeja frutos vigorosos e propícios para se alimentar as transformações individuais e sociais. E nesse cultivo, que se lavra o processo educacional, a leitura assume protagonismo por ser o elemento nutritivo indispensável para o desenvolvimento da essência humana. Ainda assim, como reconhece Silva (1999), há muitos desafios para a mediação da leitura no contexto da biblioteca escolar. Afinal, os problemas da leitura e do conhecimento são intrinsecamente históricos e não mantêm incólumes o quadro social da escola. Pois, em relação à cultura, percepção muito inerente à leitura, Coelho Neto (1997, p. 233) afirma que “as circunstâncias sempre atuaram em sua configuração, bem como possibilitaram, dificultaram ou impediram sua ocorrência como fato pessoal e cultural”. A história humana registra inúmeras situações compatíveis.

É por isso mesmo que se defende aqui no presente artigo uma reformulação nas estratégias da mediação da leitura para instaurar na escola uma institucionalização comprometida da biblioteca escolar. Não se trata de uma sala de leitura ou qualquer outra nomenclatura pulverizada de adjetivos que teoricamente só enfeitam os dados estatísticos e a estética do marketing institucional, enquanto na prática repelem a participação da biblioteca escolar nas ações estratégicas de políticas pedagógicas. Mediação da leitura é um processo complexo e não pode ser atenuado como momentos dedicados ao lazer ou uma mera ação

eventual completamente desconexa dos objetivos pedagógicos institucionalizados pela política escolar. Por isso mesmo que a biblioteca escolar precisa estar integrada aos processos educacionais e o seu acervo igualmente comprometido para propagar o acolhimento como valor institucional da ambiência escolar. Para tanto, são necessárias outras modelagens de bibliotecas na escola. “Bibliotecas que ofereçam um acesso real e universal à informação, sem a qual não é possível sobreviver em mínimas condições de humanidade” (CASTRILLÓN, 2011, p. 37).

No entanto, uma biblioteca como tal carece de um profissional dotado de competências e habilidades compatíveis à envergadura desse desafio social. Há de se reconhecer que o único profissional capaz de atender efetivamente tais atributos de competência é o bibliotecário por sua formação acadêmica que é especializada e direcionada a essa finalidade, apesar de ser fruto de um processo acadêmico generalista. Mas, guardadas as devidas críticas à formação bibliotecária para outras específicas oportunidades, não há dúvidas de sua relevância para atuação social e suas notáveis capacidades que articulam habilidades de competências para integrar proativamente o contexto escolar. Pois, “[...] bibliotecário e professor tornam-se personagens principais no processo de ensino-aprendizagem, para isto, faz-se necessário pensar em propostas pedagógicas que integrem a biblioteca escolar ao projeto pedagógico da escola” (NUNES; SANTOS, 2020, p. 5). Nessa perspectiva relacional, a mediação da leitura encontra amparo efetivo da biblioteca escolar para potencializar o seu desenvolvimento pedagógico. É a biblioteca escolar, sob o comando profissional de bibliotecários, que tem a função de integrar os processos de ensino realizados pela escola. “Mas, o encontro de novas alternativas, somente pode ser plenamente efetivado na transformação, isto é, na ação sobre o conteúdo do conhecimento [...]” (MACEDO, 1987, p. 53). Não há outro caminho à escola se não for pela integração pedagógica de suas estruturas de ensino, incluindo significativamente a participação da biblioteca escolar na realização da mediação da leitura. E toda mudança de princípios, a começar pela incorporação do acolhimento na ambiência escolar, requer uma alteração da cultura organizacional a se permitir debates propositivos e colaborações efetivas de todos os sujeitos envolvidos. Então, que sejam as práticas de mediação da leitura o elemento pedagógico notabilizado como ações estratégicas para formalizar a uniformidade projetada nas interações sociais da escola, especialmente para dinamizar os recursos de ensino. Que a escola pós-pandemia seja essencialmente baseada no acolhimento e que se favoreça dos aparatos tecnológicos para

implementar ações e recursos instrumentais visando ampliar os mecanismos de sedução educativas. Do contrário, todo o amargor da Covid-19 terá sido apenas um infortúnio em vão para as almeçadas e necessárias mudanças educacionais e principalmente humanas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões aqui apresentadas não estabelecem receitas ou modelos para o desenvolvimento de uma mediação da leitura na ambiência escolar pós-pandemia. Mas, revestem de provocações teóricas consideradas pertinentes a se cogitar o papel da biblioteca escolar frente aos novos desafios da educação. Assim, considera-se apropriado o incremento de valores e princípios para delinear um significativo processo de mudança, instituindo o acolhimento como fator afetivo de respeito às subjetividades humanas na escola do pós-Covid-19. Nessa oportunidade de transformações sociais na ambiência escolar é a mediação da leitura que se assume como estandarte de um acolhimento institucionalizado pelas relações sociais escolares. Tão logo, a mediação da leitura, embasada pelo acolhimento, representa uma estratégia da política institucional da escola pós-pandemia em que a biblioteca escolar assume o seu protagonismo social.

De pronto, nesse contexto de amplas reflexões, considerado como momento para as imprescindíveis transformações estruturais, os bibliotecários representam agentes significativos para consolidar a integração escolar. Afinal, a mediação da leitura instiga o estreitamento de fronteiras educacionais em que o ensino se propõe para concretizar as múltiplas formas de aprendizagens. Logo, os bibliotecários escolares são aqui reconhecidos como profissionais da educação que dispõem de competências relevantes para auxiliar os professores na seleção, oferta e mediação de recursos informacionais que acrescem às expectativas dos objetivos didáticos e pedagógicos.

É admissível que os danos causados pela pandemia da Covid-19 jamais poderão ser reparados na sua completude, no entanto a mediação da leitura pode ser uma estratégia educacional para mitigar a prevalência dessa avaria na ambiência escolar. É óbvio que o processo de mediação da leitura não implica em soluções efetivas na devastação humana, mas tem condições para instrumentalizar um conjunto de recursos adequados para articular novas potencialidades socioculturais. Com isso, há condições de se propiciar incrementos pedagógicos para estimular a apropriação da informação por meio de uma série de ações

voltadas à aprendizagem. Assim, a mediação da leitura, quando estruturada sob os princípios do acolhimento, oportuniza espaços de interações sociais em que se assimila conteúdo intelectual combinando com os valores de respeito às subjetividades humanas e também alusivas aos sofrimentos causados pela Covid-19.

Desse modo, fica patente que a mediação da leitura, sob a coordenação institucional da biblioteca escolar, em momento de pós-pandemia, deverá priorizar as relações sociais, incluindo os valores fundamentais da ética e do respeito às diversidades humanas, abrangendo noções de cidadania, afetividades fraternas e o espírito de solidariedade. Tais acepções devem ser orientadas por diretrizes institucionalizadas pela escola a fim de se garantir o acolhimento como expressão de empatia e motivação à reciprocidade.

Apesar de este artigo conceder evidentes convicções na educação e no seu desenvolvimento efetivo pela mediação da leitura, sendo este processo coordenado por uma biblioteca escolar quando delineada nos princípios do acolhimento, se faz importante ressaltar a participação de políticas públicas e investimentos financeiros específicos. Uma educação sólida deve estar ancorada na capacidade de reconhecimento do poder público quanto a sua relevância social. E isso somente acontece pelos impactos dos recursos investidos. Sem essa perspectiva tudo o que aqui foi defendido se resume a um ideário de utopia alienada por atribuir responsabilidade de transformação educacional unicamente às escolas. Portanto, que haja empenho político do poder público para garantir mudanças significativas na educação e que tais implementações se articulem pela incorporação do acolhimento como preceito a ser difundido nas ações da escola para os novos tempos de pós-pandemia.

Se faz importante registrar e destacar que o presente estudo não se limita por si só. Representa um esforço teórico para incitar novas acepções educacionais que possam ser efetivamente contempladas e aplicadas na realidade escolar. Assim sendo, há necessidades de outros estudos teóricos e acréscimos de pesquisas exploratórias sobre o tema na Educação, e especialmente no âmbito da Biblioteconomia e da Ciência da Informação que são áreas de especialidades ligadas à formação bibliotecária. Pois, tais disposições colaboram para orientar uma ideia mais consistente de acolhimento integrado às estruturas sociais da escola, caracterizando diligência estratégica à mediação da leitura e da biblioteca escolar.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Vera Teixeira de; BORDINI, Maria da Glória. **Literatura: a formação do leitor: alternativas metodológicas**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988. (Série novas perspectivas, 27).

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Leitura, mediação e apropriação da informação. *In*: SANTOS, Jussara Pereira (org.). **A leitura como prática pedagógica na formação do profissional da informação**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2007. Cap. 2, p. 33-45.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de; BORTOLIN, Sueli. Mediação da informação e da leitura. *In*: SILVA, Terezinha Elisabeth da (org.). **Interdisciplinaridade e transversalidade em Ciência da Informação**. Recife: Néctar, 2008. Cap. 3, p. 67-85.

ALVES, Lynn. Educação remota: entre a ilusão e a realidade. **Interfaces Científicas**, Aracaju, v. 8, n. 3, p. 348-365, jan./dez. 2020.

BARCELLOS, Thaís. 'Prévia' do PIB cresce 4,5% em 2021 após cair 4,06% em 2020. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,previa-pib-banco-central-2021,70003976216>. Acesso em: 11 fev. 2022.

BARROS, Maria Helena Toledo Costa de. O bibliotecário e o ato de ler. *In*: SILVA, Ezequiel Theodoro da (org.). **O bibliotecário e a análise dos problemas de leitura**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986. (Cadernos da ALB, 1).

BARROS, Maria Helena Toledo Costa de. A mediação da leitura na biblioteca. *In*: BARROS, Maria Helena Toledo Costa de; BORTOLIN, Sueli; SILVA, Rovilson José da. **Mediação e mediador**. São Paulo: Ed. FA, 2006. Cap. 1, p. 17-22.

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: ética do humano, compromisso pela terra**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

CASTILLÓN, Silvia. **O direito de ler e de escrever**. São Paulo: Pulo do Gato, 2011.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Ed. da UNESP, 1998.

COELHO NETO, José Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural: cultura e imaginário**. São Paulo: Iluminuras, 1997.

COSSON, Rildo. O apagamento da literatura na escola. **Investigações: Linguística e Teoria Literária**, Recife, v. 15, n. 1, p. 113-120, jan./jun. 2002.

COSSON, Rildo. **Círculos de leitura e letramento literário**. São Paulo: Contexto, 2019.

COSTA, Simone da Silva. Pandemia e desemprego no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 4, p. 969-978, jul./ago. 2020.

CRETI, Patrícia Dias. Construindo significados na mediação teatral. *In*: MARTINS, Mirian Celeste (org.). **Mediação cultural: olhares interdisciplinares**. São Paulo: Uva Limão, 2017. Cap. 1, p. 15-23.

CUNHA, Leonardo Ferreira Farias da; SILVA, Alcineia de Souza; SILVA, Aurênio Pereira da. O ensino remoto no Brasil em tempos de pandemia: diálogos acerca da qualidade e do direito e acesso à educação. **Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal**, Brasília, v. 7, n. 3, p. 27-37, jul./set., 2020

DAMIANO, Rodolfo F. *et al.* Mental health interventions following COVID-19 and Other coronavirus infections: a systematic review of current recommendations and meta-analysis of randomized controlled trials. **Brazilian Journal of Psychiatry**, São Paulo, v. 43, n. 6, p. 665-678, nov./dec., 2021.

HORELLOU-LAFARGE, Chantal; SEGRÉ, Monique. **Sociologia da leitura**. Cotia: Ateliê, 2010. (Coleção azul, 6).

IBGE. **Trabalho**. [Rio de Janeiro]: 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/todos-os-produtos-estatisticas.html>. Acesso em 6 fev. 2022.

LAGUNA, Thalyta Freitas dos Santos et al. Educação remota: desafios de pais ensinantes na pandemia. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, Recife, v. 21 (Suplemento. 2), p. S403-S412, maio, 2021.

LEFFA, Vilson J. **Aspectos da leitura: uma perspectiva psicolinguística**. Porto Alegre: Sagra, 1996.

MACEDO, Iara Ferreira de. O livro e a leitura no Brasil: algumas ideias alternativas. **Revista de Biblioteconomia & Comunicação**, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 52-57, jan./dez. 1987.

MARTINS, Leoneide Maria Brito. O profissional da informação e o processo de mediação da leitura. *In*: CASTRO, César Augusto (org.). **Ciência da Informação e Biblioteconomia: múltiplos discursos**. São Luís: EDUFMA; EDFAMA, 2002. Cap. 8, p. 143-160.

MARQUES, Rita de Cássia; SILVEIRA, Anny Jackeline Torres; PIMENTA, Denise Nacif. A pandemia de Covid-19: interseções e desafios para a história da saúde e do tempo presente. *In*: REIS, Tiago Siqueira; SOUZA, Carla Monteiro de; OLIVEIRA, Monalisa Pavonne; LYRA JÚNIOR, Américo Alves de (org.). **Coleção história do tempo presente**. 3. ed. Boa Vista: Ed. da UFRR, 2020, v. 3, cap. 10, p. 225-249.

MOTTA, Flávia Naethe. Notas sobre o acolhimento. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 30, n. 4, p. 205-228, out./dez. 2014.

NASCIMENTO, Alice Barbosa; MAIA, Juliana Leal Freitas. Comportamento suicida na pandemia por COVID-19: Panorama geral. **Research, Society and Development**, Vargem Grande Paulista, v. 10, n. 5, p. 1-12, 2021.

NEGRINI, Carlos Alberto. Marcas na pele. Mediação de narrativas contemporâneas. *In*: MARTINS, Mirian Celeste (org.). **Mediação cultural**: olhares interdisciplinares. São Paulo: Uva Limão, 2017. Cap. 5, p. 49-51.

NÓBREGA, Nanci Gonçalves da. De livros e bibliotecas como memória do mundo. *In*: YUNES, Eliana (org.). **Pensar a leitura**: complexidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2005. (Coleção teologia e ciências humanas, 5). Cap. 13, p. 120-135.

NÖTH, Winfried; SANTAELLA, Lucia. **Introdução à semiótica**: passo a passo para compreender os signos e a significação. São Paulo: Paulus, 2017. (Coleção introduções).

NÓVOA, António. Educação 2021: para uma história do futuro. *In*: CATANI, Denice Barbara; GATTI JÚNIOR, Décio (org.). **O que a escola faz?**: elementos para a compreensão da vida escolar. Uberlândia: Edufu, 2019. (Série novas investigações, 7). Cap. 2, p. 51-70.

NÓVOA, António. A pandemia de Covid-19 e o futuro da educação. **Revista Com Censo**: Estudos Educacionais do Distrito Federal, Brasília, v. 7, n. 3, p. 8-12, jul./set., 2020

NUNES, Martha Suzana Cabral; SANTOS, Flaviana de Oliveira. Mediação da leitura na biblioteca escolar: práticas e fazeres na formação de leitores. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 25, n. 2, p. 3-28, abr./jun. 2020.

OLIVEIRA, João Batista Araujo e; GOMES, Matheus; BARCELLOS, Thais. A Covid-19 e a volta às aulas: ouvindo as evidências. **Ensaio**: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, v. 28, n.108, p. 555-578, jul./set. 2020.

PETIT, Michèle. **A arte de ler ou como resistir à adversidade**. São Paulo: Ed. 34, 2009.

RASTELI, Alessandro. **Mediação da leitura em bibliotecas públicas**. 2013. 170 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília, 2013.

PRADO, Marcos Aparecido Rodrigues do. O acolhimento como princípio da mediação da informação. **Folha de Rosto**: revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Juazeiro do Norte, v. 6, n. 3, p. 5-13, set./dez. 2020.

SANTAELLA, Lucia. **Matrizes da linguagem e pensamento**: sonora, visual, verbal: aplicações na hipermídia. São Paulo: Iluminuras: Fapesp, 2001.

SANTAELLA, Lucia. **Leitura de imagens**. São Paulo: Melhoramentos, 2007. (Como eu ensino).

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Almedina, 2020.

SILBER, Simão Davi. A fragilidade econômica e financeira na pandemia do Sars-Covid-19. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 34, n. 100, p.107-115, set./dez. 2020.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. **O ato de ler**: fundamentos psicológicos para uma nova pedagogia da leitura. São Paulo: Cortez, 1981. (Coleção Educação Contemporânea).

SILVA, Waldeck Carneiro da. **Miséria da biblioteca escolar**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999. (Coleção questões da nossa época, 45).

STACCIOLI, Gianfranco. **Diário do acolhimento na escola da infância**. Campinas: Autores Associados, 2013.

SUNDE, Rosario Martinho; SUNDE, Lucildina Muzuri Conferso; ESTEVES, Larissa Fenalte. Femicídio durante a pandemia da Covid-19. **Oikos: Família e Sociedade em Debate**, Viçosa, v. 32, n. 1, p. 55-73, jan./abr. 2021.

THE WORLD BANK. **Indicators**. [Washington]: 2022. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator>. Acesso em: 6 fev. 2022.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Anuário brasileiro da educação básica: 2020**. [São Paulo]: Todos pela Educação; Moderna, 2020. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/>. Acesso em: 10 fev. 2022.

TREZZI, Clóvis. A educação pós-pandemia: uma análise a partir da desigualdade educacional. **Dialogia**, São Paulo, v. 37, p. 1-14, e18268, jan./abr. 2021.

UNICEF. **Cenário da exclusão escolar no Brasil**: um alerta sobre os impactos da pandemia da Covid-19 na educação. UNICEF: [Brasília], 2021.

WILLIAM, Rodney. **Apropriação cultural**. São Paulo: Pólen, 2019. (Série feminismos plurais).

Mediation of reading and embracement in the school library: theoretical perspectives of a post-Covid-19 pandemic education

Abstract: The last two years have been marked by the global pandemic caused by a virus with a strain originally identified in China. During this period, its rapid spread throughout the planet has caused changes with great impact on humanity. Among the harmful effects of this pandemic, economic and psychological impacts, and even the increase in records of domestic violence have been observed. These social afflictions have reached, directly and indirectly, the school context. Given this scenario, education had to be carried out remotely in all types of teaching. However, the face-to-face return of school activities has brought even more responsibilities to the pedagogical processes institutionalized by schools, as in addition to the political and socially determined assignments to school equipment, these teaching units began to deal with the aggravating disorders caused by the pandemic in their school community. In any case, despite the noted afflictions, this reality may be an appropriate time for significant reflections towards changes in obsolete standards to reach a perspective of post-pandemic education with greater effectiveness and social articulation. Thus, this article aims to offer theoretical attributes to contribute to reflections that can tack fundamental underpinnings to the transformations of post-pandemic education. In this process of timely reformulations, the mediation of reading is presented as a strategic resource of a didactic and pedagogical apparatus aimed at integrating the school environment. To this end, the school library takes up

competences to promote pedagogical interdisciplinarity through the exercise of a social role committed to the benefits of teaching and learning. In this strategic implementation of mediation of reading, under the didactic and pedagogical coordination of the school library, embracement is established as a set of structuring principles for a socialization process that warrants an emphasis on respect for subjective differences. In the methodological scope outlined for this study, the literature review was chosen as a bibliographic research procedure, considering the organization of categories for the structural systematization of the analysis. As this research has the scope of theoretical reflections, the offered results represent speculations about the educational possibilities of a post-pandemic reality, starting from the respect for human diversities and their subjective characteristics for the development of mediation of reading to encourage interdisciplinary actions. The need for further theoretical studies and additions of exploratory research on the subject is also highlighted, as such efforts collaborate to guide a more consistent idea of embracement integrated to the social structures of the school environment.

Keywords: Education. Post-Covid-19 pandemic. Mediation of Reading. School library. Embracement.